



# ‘Private equity’ vê aposta europeia na competitividade como uma “oportunidade”

**Capital de risco** ■ Evolução do quadro regulatório é o principal risco que o sector identifica. Em Portugal, requisitos excessivos e morosidade dos processos são considerados “fraqueza” acrescida.

**Ricardo Santos Ferreira**  
rsferreira@medianove.com

“Competitividade é o foco de todos os relatórios [que têm sido produzidos na União Europeia]. Podemos falar de outras políticas - ambiental, social, infraestruturas, etc. -, mas o foco é no facto de estamos a ficar para trás”, afirma Martin Bresson, diretor de Public Affairs da Invest Europe, que representa os interesses do sector de capital de risco e private equity na Europa, incluindo seguradoras e fundos de pensões.

A preocupação da União Europeia (UE) em tornar-se mais competitiva face a outros blocos comer-

ciais, com a China e os Estados Unidos da América (EUA) à cabeça, é olhada com bons olhos por um sector que se apresenta como elemento de ligação entre fundos disponíveis e o desenvolvimento de negócios. “É uma oportunidade”, diz Martin Bresson.

Os processos de transição para economias mais sustentáveis, a realocação da produção para a Europa e as necessidades de investimento em start-ups criam oportunidades para o private equity. Só que, da mesma forma que se reconhecem oportunidades, tam-

bém se identificam desafios, “em igual medida”, como aponta o presidente da Invest Europe, Frans Tieleman, no relatório anual da associação, publicado no início do ano.

Num encontro restrito promovido pela sociedade Abreu

Advogados, esta semana, Martin Bresson, que representa os interesses Invest Europe e dos seus associados em Bruxelas, aponta como principais riscos a ter a evolução do quadro regulatório e as consequências de uma maior preocupação com a segurança e defesa, em consequência da instabilidade geopolítica.

“O fardo regulatório é o grande desafio”, diz ao Jornal Económico (JE), acrescentando, ainda, que existe o risco de o sector de capital de risco e private equity, na sua evolução futura, poder herdar quadros regulatórios, por exemplo, da banca, em vez de beneficiar de soluções específicas. “Isso poderia matar o sector”, avisa.

Hoje, a adaptação às regras e as obrigações que implicam já têm um peso relevante, que é crescente. “A regulação e [as obrigações com] o compliance estão no topo da lista. As empresas estão a contratar mais, não para o frontline, mas para responder a estas necessidades”, reforça Luís Santos Carvalho, presidente da APCRI - Associação Portuguesa de Capital de Risco e Desenvolvimento.

Ao JE, olhando para a realidade portuguesa de um sector “ainda na adolescência”, defende a necessidade de harmonização, não só regulatória como de processos. “Temos [em Portugal] processos mais pesados e tempos de aprovação mais longos”, explica. “É uma fraqueza”, sublinha.

Luís Santos Carvalho considera que o número de operações em Portugal envolvendo private equity vai crescer para se aproximar dos valores médios europeus, à medida que a atividade é mais bem percebida e que se altera a abordagem ao risco.

“Estamos já a tomar mais risco”, diz Ana Sofia Batista, sócia da Abreu Advogados que desenvolve atividade nas áreas de Corporate e M&A em Portugal, principalmente em operações de estruturação de negócios e aquisições de empresas, nas vertentes societária, contratual e financeira. “Estamos a respeitar mais o falha”, aponta Santos Carvalho.

Ainda assim, o mercado português caracteriza-se pela reduzida dimensão das operações, o que dificulta a atração de investidores mais qualificados. “E as empresas portuguesas associam-se pouco”, o que também faz com que não adquiram dimensão, acrescenta diz Ana Sofia Batista, anfitriã do encontro.



**Ana Sofia Batista**  
Sócia da Abreu Advogados



**Luís Santos Carvalho**  
Presidente da APCRI



**Martin Bresson**  
Diretor de Public Affairs da Invest Europe